



INFORME JURÍDICO

ANO XXVI

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

27 / JUNHO / 2022

RENEGOCIAÇÃO DE DÉBITOS

LEI AUMENTA DESCONTO E PERMITE USO DE PREJUÍZO FISCAL NA TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA

Mudança sancionada amplia de 50% para 65% o desconto máximo do valor total dos créditos a serem negociados

MARIANA BRANCO

[Ler íntegra](#)

TRANSFER PRICING NO JUDICIÁRIO

As empresas sustentam que a IN SRF 243/02 inovou em relação à Lei nº 9.430, de 1996, e instituiu majoração de tributo

Por Luciana R. Galhardo e Gabriel Dompieri

[Ler íntegra](#)

STF PROÍBE ICMS MAJORADO EM SC E NO DF SOBRE ENERGIA E TELECOM

Corte declara inconstitucionalidade de leis que instituíram uma alíquota de ICMS sobre energia elétrica e telecomunicações nos estados

CRISTIANE BONFANTI

[Ler íntegra](#)

ICMS

VETOS DE BOLSONARO AO PLP 18/2022 REDUZEM POSSIBILIDADES DE COMPENSAÇÃO A ESTADOS

Projeto é uma das principais apostas do governo para colocar um freio na escalada da inflação

DANIEL TREVOR

[Ler íntegra](#)

GUERRA DO ICMS

ESTADOS AJUÍZAM AÇÃO CONTRA LEI QUE MUDOU COBRANÇA DE ICMS SOBRE COMBUSTÍVEIS

Governadores de 11 estados ajuizaram ação no Supremo Tribunal Federal para questionar dispositivos da Lei Complementar 192/2022, que alterou a sistemática de cobrança de ICMS dos combustíveis. Os governadores de Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Piauí, Bahia, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas, Ceará e Rio Grande do Sul alegam que a norma é inconstitucional pois fere o pacto federativo e a autonomia dos entes subnacionais.

[Ler íntegra](#)

RECEITA FEDERAL CONSOLIDA E SIMPLIFICA REGRAS DE VALORAÇÃO ADUANEIRA DE MERCADORIAS IMPORTADAS

A normativa incorpora atos do Comitê de Valoração Aduaneira da Organização Mundial de Comércio.

[Ler íntegra](#)

ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

RECEITA FEDERAL ATUALIZA NORMA SOBRE ARROLAMENTO DE BENS

A norma tem por finalidade garantir o recebimento dos impostos devidos, quando a dívida tributária é muito alta.

[Ler íntegra](#)

MULTAS POR ATRASO DA DCTFWEB PASSARÃO A SER EMITIDAS AUTOMATICAMENTE

A partir do dia 1º de julho, todas as declarações enviadas fora do prazo estarão sujeitas à multa.

[Ler íntegra](#)

DECISÃO

ANTES DA MP 651/2014, CRÉDITO DO REINTEGRA DEVE COMPOR BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E DA CSLL

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que, não havendo expressa disposição legal em contrário, o crédito do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra), antes da Medida Provisória (MP) 651/2014, deve compor a base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

[Ler íntegra](#)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

STJ RESPONSABILIZA SÓCIOS COM PODER DE GERÊNCIA NO FECHAMENTO IRREGULAR POR DÍVIDA

Magistrados concluíram que execução fiscal deve atingir esses sócios mesmo após ocorrência do fato gerador

CRISTIANE BONFANTI

[Ler íntegra](#)

STJ: REVOGAÇÃO ANTECIPADA DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS É LEGAL

Para o relator, a desoneração da folha de pagamento não gera direito adquirido

CRISTIANE BONFANTI

[Ler íntegra](#)

DINHEIRO GRAÚDO

PAGAMENTO DIRETO É A APOSTA DO TJ-SP PARA ACELERAR REPASSES DE PRECATÓRIOS

Por Tábara Viapiana

[Ler íntegra](#)

CARF

JULGAMENTOS BILIONÁRIOS EM PAUTA NO CARF E TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA DO CONTENCIOSO

Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional publicam o edital de transação por adesão no contencioso tributário

THIAGO MORELLI RODRIGUES DE SOUSA

TATIANA IRBER

[Ler íntegra](#)

CORTE AMERICANA IMPACTA ARBITRAGENS NO BRASIL

Tribunais nos Estados Unidos não podem mais determinar a produção de provas para arbitragens internacionais

Por Bárbara Pombo — De São Paulo

[Ler íntegra](#)

CHATBOT

STF CRIA FERRAMENTA PARA ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL VIA WHATSAPP

O canal ainda prevê a consulta da pauta de julgamentos e de jurisprudência da Corte

ARTHUR GUIMARÃES

[Ler íntegra](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)